



Ilustríssimo Senhor Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

PROCESSO Nº 21.349/2021.

TRANSFREE - LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº
16.979.654/0001-49, sediada à Rua Fernando Bizzoto, nº 32, Centro, Nova
Friburgo/RJ, CEP: 28.613-040, neste ato, representada por seu sócio Sr.
WALLACE VERLY PINTO, inscrito no CPF sob o nº 018.835.757-29, vem, por
seu advogado que esta subscreve, apresentar sua:

IMPUGNAÇÃO

em face do Edital referente ao PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 019/2022, pelas razões legais que seguem adiante.

Termos pelos quais, aguarda deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 02 de Fevereiro de 2022.

Pedro Henrique Santos Queiroz

OAB/RJ 178.626

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova
Friburgo/RJ CEP: 28.613-000



Digníssimo Senhor Pregoeiro,

I - DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/2021, as impugnações interpostas deverão ser enviadas eletronicamente, **até três dias úteis antes da data de abertura do Certame (grifo nosso)**.

Sendo assim, tendo em vista o protocolo da referida impugnação na data de 02/02/2022, ou seja, com 9 (nove) dias de antecedência, eis preenchido o requisito da tempestividade.

II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Trata-se o presente de impugnação ao PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº019/2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, RESIDENTES NA ZONA RURAL E/OU LOCALIDADES DE DIFÍCIL ACESSO E/OU PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO (CADEIRANTE E/OU COM COMPROMETIMENTO DE MOBILIDADE COMPROVADO), PELO PERÍODO

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000

DE 12 MESES REFERENTE AO ANO LETIVO DE 2022 (200 DIAS).

Contudo, ao proceder à análise do mencionado ato convocatório, a Impugnante constatou a existência de algumas irregularidades que necessitam obrigatoriamente serem sanadas, visando, acima de tudo, e em estrita observância aos princípios norteadores das licitações, resguardar a lisura e o regular prosseguimento deste procedimento licitatório.

Do exposto, certa da habitual atenção deste ilustre Pregoeiro e confiante no habitual bom senso dessa conceituada Prefeitura, a Impugnante requer sejam analisadas e, posteriormente, corrigidas as irregularidades presentes no edital a fim de que a licitação ora em curso possa transcorrer normalmente, sem que sua legalidade possa vir a ser futuramente contestada.

A) DA OBRIGATORIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO DOS VEÍCULOS CONTEREM A ESPECIFICAÇÃO DE CARROCERIA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Inicialmente, insta salientar que o Termo de Referência prevê expressamente em seu item 6.13 que os veículos deverão atender as normas contidas no Código Nacional de Trânsito, especialmente as constantes dos artigos 136 a 139.



Dessa forma, o artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro assim estabelece:

Art. 136- Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, **exigindo-se, para tanto:**

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN. (grifo nosso)

Importante elucidar que o CONTRAN publicou a Resolução 292 de 2008 que trata das modificações permitidas em veículos e carrocerias. Sendo assim, complementando tal resolução, o Denatran publicou a Portaria de nº 64 de 24/03/2016, estabelecendo modificações, tendo em vista a necessidade de atualização das modificações permitidas em veículos.

O artigo 136 em seu inciso VII aduz que o CONTRAN/DENATRAN estabelecerá outros requisitos e equipamentos obrigatórios para o transporte escolar. Dessa forma, foi publicada a Portaria Nº 159 de 26/07/2017 do DENATRAN, haja vista a necessidade de

atualização da Tabela de modificações permitidas em veículos; conforme se denota abaixo:

	MODIFICAÇÃO	APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO DO VEÍCULO APÓS MODIFICAÇÃO
5 2	Inclusão de carroceria para Transporte Escolar sem alteração de lotação e/ou rearranjo de layout interno.	Camioneta, Ônibus e Micro-ônibus.	CSV, atender legislação municipal, artigo 136 do CTB e Resolução nº 504/14 e suas sucedâneas.	Tipo: O MESMO
				Para camioneta
				Espécie: MISTO.
				Para ônibus e micro ônibus
				Espécie: PASSAGEIRO.
				Carroçaria: TRANSPORTE DE ESCOLAR

Destaca-se que conforme relatado acima, têm-se como pré-requisito do Procedimento Licitatório de Transporte Escolar a exigência ao atendimento da Legislação Municipal, do artigo 136 do CTB e CSV.

Nesta esteira, existe a obrigatoriedade de constar no documento do veículo que prestar o serviço escolar, a especificação de carroceria TRANSPORTE DE ESCOLARES, conforme CRLV em anexo. No entanto, o Edital é omissivo quanto a tal obrigatoriedade nos documentos dos veículos, o que pode gerar uma ILEGALIDADE na prestação do serviço, uma vez que a empresa vencedora poderá utilizar veículos com carroceria e documentação, incompatível com a legislação, tornando o transporte Escolar Municipal ILEGAL.

Corroborando ainda com essa tese, a Secretaria de Estado de Educação por meio da Subsecretaria Administrativa em 31/01/2022, emitiu uma nota interna da Coordenadoria de Transporte Escolar, onde buscando a melhoria das funções administrativas e operacionais para os serviços de transporte escolar e PCD, fez constar em seu item: “5.1. c”, a exigência de apresentação de veículo registrado, quanto à espécie/tipo, como de “Passageiro” e carroceria “Transporte Escolar”, vide documento em anexo.

Cabe ainda salientar que tal irregularidade acarreta em apreensão dos veículos, sendo inadmissível mensurar, os reflexos que isso pode causar na prestação de serviços, eis que os passageiros são crianças.

Dessa forma, o Ilustre Pregoeiro deverá realizar a alteração no Edital, fazendo constar como obrigatório o tipo carroceria de transporte escolar no documento dos veículos, em conformidade com a legislação vigente, em especial ao Art. 136 do CTB e a Portaria Nº 159 de 26/07/2017 do DENATRAN.

B) DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DOS MOTORISTAS

No tocante à subcontratação, impede informar que quando foi enviado o Termo de Referência para cotação, estava prevista a



possibilidade de apenas subcontratar 50% (cinquenta por cento) do efetivo total solicitado. Contudo, no mesmo Termo de Referência continha o item 18.1, em que ficava vedada a subcontratação do objeto.

Dessa forma, foi realizado por esta empresa um questionamento à Secretaria Municipal de Educação e Subsecretaria de Gestão Administrativa Infraestrutura-Coordenação de Transporte para que houvesse por parte do órgão o esclarecimento da possibilidade de subcontratação ou não, e em resposta foi informado pela Secretaria Municipal de Educação que é autorizada a subcontratação de 50% dos veículos, mas a mão de obra deverá ser exclusivamente contratada pela empresa ganhadora. (RESPOSTA EM ANEXO).

Ocorre que mesmo após o questionamento, e a resposta da Secretaria Municipal de Educação, o edital assim dispôs a respeito da subcontratação, veja-se:

6.10 - Documentos dos motoristas contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço. Lei 8666/93 art. 78 ins VI. **PARA ATENDIMENTO DESTE REQUISITO ENTENDE-SE PELO MENOS 50% (CINQUENTA POR CENTO), DO EFETIVO total SOLICITADO.**

Pasme, após devidamente esclarecido pelo órgão solicitante que deveria ser 100% (cem por cento) do efetivo contratado pela empresa, sendo autorizada a subcontratação somente de 50% (cinquenta por cento) da frota, o edital é norteado de forma contrária.

Ora, se no item 6.10 – VI, estabelece que é possível subcontratar, o edital não poderia prever que não é possível a subcontratação (item 18.1), dessa forma temos uma incongruência de informações no Termo de Referência.

Insta ainda salientar que tal especificação, se torna completamente injusta para a empresa participante do certame, eis que após a resposta do questionamento enviado, passou-se a contratar mais funcionários, para atender a exigência do órgão solicitante – conforme documento em anexo.

E agora após a publicação deste edital qualquer empresa poderá contratar somente metade do efetivo solicitado, onde está a isonomia entre os participantes? Os investimentos para contratação de mais de 50 (cinquenta) funcionários será inútil?

Ainda corroborando com a tese ora sustentada, outro licitante que não teve acesso à respectiva resposta aqui explicitada, com base somente neste ato convocatório poderá participar com 50% (cinquenta por cento) do efetivo contratado, o que estava expressamente vedado em resposta ao questionamento.

A Constituição Federal prevê, no seu art. 37, XXI, a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante a observação do princípio da isonomia, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. A obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada no art. 3º da lei 8.666/93.

O princípio da isonomia pode ser considerado como um instrumento regulador das normas, para que todos os destinatários de determinada lei recebam tratamento parificado.

A regulamentação de um específico processo licitatório deve ser interpretado à luz do princípio da isonomia o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém.

Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu à todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

Nesse sentido, temos os seguintes julgados que se assemelham ao caso em comento:

TJ-PI - Agravo de Instrumento AG 30000645 PI
(TJ-PI)

Jurisprudência•Data de publicação: 20/10/2004

AGRAVO DE INSTRUMENTO - INOBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA ISONOMIA. O edital deve divulgar o objeto da licitação, sem fazer restrição que vá de encontro com a livre competição, preferindo alguns em detrimento de outros. Conhecimento e improvimento do agravo.

TJ-MT - Reexame Necessário REEX
00000551420068110048 46326/2011 (TJ-MT)

Jurisprudência•Data de publicação: 09/11/2011

REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES - DESRESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, ISONOMIA E LEGALIDADE - SEGURANÇA CONCEDIDA - SENTENÇA RATIFICADA. Deve ser ratificada a sentença que concede segurança para determinar o cadastro da empresa interessada na participação da licitação na modalidade Tomada de Preço, para manter a

igualdade entre os licitantes, bem como os princípios da razoabilidade, isonomia e legalidade, já que a autoridade coatora simplesmente impossibilitou a participação da impetrante, sem qualquer justificativa legal. (ReeNec 46326/2011, DES. JOSÉ TADEU CURY, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/10/2011, Publicado no DJE 09/11/2011).

Por todo o exposto requer imediata correção do item relativo à SUBCONTRATAÇÃO do efetivo, em consonância com a reposta apresentada pelo órgão solicitante da prestação do serviço, em anexo. Tudo privilegiando o princípio da isonomia, evitando que a proposta seja demasiadamente onerosa em detrimento de informações contraditórias.

C) DA VISITA TÉCNICA

Primeiramente, cumpre informar que o art. 67, inc. VI, da nova Lei de Licitações, estabelece como documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional: “**declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**”

É a conhecida “visita técnica” ou “vistoria técnica” que tem como objetivo viabilizar ao licitante amplo conhecimento das especificidades locais, propiciando condições mais concretas para a apresentação das propostas.

Destaca-se que no edital e no Termo de Referência não há previsão da exigência de visita técnica **e/ou declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

Importante elucidar que o objeto da licitação se refere ao transporte escolar dos alunos da rede municipal em área rural, quando usamos o termo área rural, estamos falando de estradas de difícil acesso, de terra, com buracos, com queda de árvores e barreiras, além do fato de serem estradas que alagam com a chuva, e que após ficam com lama por toda a parte.

Urge salientar que a Impugnante prestou o serviço objeto da licitação no último ano letivo, e conforme pode se denotar pelas fotos em anexo, as estradas são de péssima qualidade, sem nenhuma infraestrutura, ou seja, não se trata de rotas de baixo grau de complexidade, pelo contrário.

Cumprе registrar, que é obrigação da Administração realizar a avaliação prévia do local de execução, tendo em vista que é direito das empresas que forem participar do Certame o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

Sendo assim, o edital deverá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou a formalização de declaração atestando para os devidos fins que conhece as peculiaridades do trajeto.

Frisa-se que as regras acima mencionadas, incorporaram reiteradas orientações do Tribunal de Contas da União acerca dos assuntos, que citamos a título de ilustração: Acórdão nº 372/2015, Acórdão nº 1.447/2015, Acórdão nº 656/2016, Acórdão nº 2.939/2018, todos do Plenário.

Salienta-se, que a exigência da visita técnica, tem a finalidade de evitar futuras nulidades, omissões ou alegação de que não tinha o conhecimento do itinerário, o que prejudicaria o resultado final da licitação e consequentemente a prestação dos serviços.

Sob esse aspecto, temos o seguinte julgado, que vai de encontro ao explicitado:

TJ-SC - Apelação Cível AC
03009885920158240007 Biguaçu 0300988-
59.2015.8.24.0007 (TJ-SC)
Jurisprudência•Data de publicação: 28/03/2019

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS. INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE PELA AUSÊNCIA DE ASSINATURA DE TÉCNICO INTEGRANTE DO QUADRO DO MUNICÍPIO, EM DECLARAÇÃO EXIGIDA DO LICITANTE DE QUE ESTE REALIZOU A VISTORIA DO LOCAL OBJETO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO CUJA CONTRATAÇÃO ERA O OBJETO DO CERTAME. SEGURANÇA CONCEDIDA NA ORIGEM. RECURSO DO ENTE MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA, A TEMPO E MODO, AOS TERMOS DO EDITAL. CONCORDÂNCIA TÁCITA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. PREVISÃO EDITALÍCIA QUE EXIGE A ASSINATURA DE SERVIDOR TÉCNICO DA MUNICIPALIDADE NA DECLARAÇÃO DE VISTORIA, COMO FORMA DE EVITAR POSTERIOR ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DAS PARTICULARIDADES DO LOCAL EM QUE SERIA EXECUTADO O SERVIÇO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, PELA IMPETRANTE, DE QUE REALIZOU A PRÉVIA VISTORIA DO LOCAL

ACOMPANHADA DE SERVIDOR TÉCNICO DA MUNICIPALIDADE. REQUISITO DO EDITAL NÃO CUMPRIDO. INABILITAÇÃO QUE NÃO FERE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA E VINCULAÇÃO AO EDITAL. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE DA EXIGÊNCIA E DE FORMALISMO EXACERBADO. A previsão do item 7.2.1.7 exige a prévia vistoria do local pelos licitantes, tendo como escopo prevenir posterior "alegação de desconhecimento de particularidades do local, sob qualquer pretexto". A disposição traduz o espírito da previsão contida no art. 30 , inciso III , da Lei 8.666 /93, que exige a comprovação, pelo licitante, "de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação", não sendo, portanto, abusiva. A impetrante não comprovou que realizou a vistoria prévia acompanhada de servidor do município. Não restou atendida, assim, a exigência do edital e o prévio conhecimento do local e de suas condições para realização da obra, como exigido pelo edital. REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA



REFORMADA. SEGURANÇA DENEGADA. (grifo nosso).

Dessa forma, o edital está em desconformidade com a Legislação e o que preceitua os Tribunais, haja vista que a Administração Pública deverá deixar claro que a responsabilidade das empresas em não participarem da vistoria é do próprio licitante.

Portanto, como não há mais a obrigatoriedade da visita técnica, em respeito ao Art. 67, VI, da Lei 14,133/21, deve ser exigência do Edital a apresentação de declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

D) DA DIFERENÇA DA PLANILHA LOTE 2

O Termo de Referência apresenta detalhadamente o objeto, número de itens, e etapas a serem cumpridas para auxiliar a empresa contratada a estimar os seus valores.

Contudo, ao analisar o Lote 2 em que as unidades escolares são Cypriano, Ernesto Cardinot, Alair, Boa Esperança, Nossa Senhora Nazareth, Eugenio Muller, JK e Odette, percebe-se que o valor relativo a este lote está estimado em R\$ 2.079.482,00 (dois milhões e setenta



e nove mil e quatrocentos e dois reais), porém ao somar todas as linhas do lote 2 chegamos ao valor de R\$ 2.176.832,00 (dois milhões, cento e setenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais).

Dessa forma, houve uma falha na somatória do Lote 2 na importância de R\$ 97.350,00 (noventa e sete mil e trezentos e cinquenta reais).

Caso não venha a ocorrer a correção deste lote pode a participante ficar inabilitada por colocar o valor acima do estimado no termo de referência.

Sendo assim, o valor total do lote 2 deve ser corrigido para a monta de R\$ 2.176.832,00 (dois milhões, cento e setenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), conforme planilha em anexo.

E) DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL

Prima facie, cumpre asseverar que esta empresa realizara o envio de questionamento à Secretaria Municipal de Educação, conforme já informado acima, neste questionamento também indagara a

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000



respeito de qual momento seria apresentado os documentos exigidos no CTB, tanto os dos veículos, quanto os dos motoristas.

Em resposta ao questionamento a Secretaria Municipal de Educação emitira como resposta que o momento e o prazo da apresentação dos documentos, bem como da comprovação de que os veículos possuem GPS **se dará após a publicação da homologação do certame.**

Cabe destacar, que o edital é completamente omissivo quanto à essa informação recebida pela empresa.

Dessa forma, não há tratamento isonômico entre os licitantes, pois somente esta empresa está ciente do prazo de entrega dos documentos, desrespeitando assim, o referido edital o Princípio da Isonomia.

Não restam dúvidas, que essa omissão causa uma concorrência desleal, induzindo com que as empresas participantes que não tenham a documentação necessária para a contratação, venham a participar do pregão.



Informa-se que apesar de não fazerem referências numéricas ao prazo mínimo razoável a ser concedido para envio da documentação em pregão eletrônico, o Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu Acórdão 1280/08, determina:

Estabeleça nos editais de licitação prazos de recebimento de documentação habilitatória compatíveis com o volume de documentos a serem encaminhados.

Nesse seguimento, é possível vislumbrar o Acórdão 265/10 também do Plenário do Tribunal de Contas da União:

Estabeleça prazo razoável e não exíguo, bem assim disponibilize os meios necessários e adequados, para que os concorrentes possam remeter os documentos referentes à proposta ou à habilitação, de forma a evitar a injusta desclassificação de licitantes, à luz dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e do art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto 5.450/05.

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000

Dessa forma, é imprescindível que tal omissão seja sanada no edital, devendo constar qual será o prazo para a entrega da documentação pertinente ao processo licitatório.

F) DO FATO PRÍNCIPE

Insta aduzir que o Brasil vem enfrentando uma enorme crise econômica, em razão da Pandemia decorrente do Coronavírus. Destaca-se que não se sabe se ainda estamos na fase final da pandemia, fato é que temos evidenciado nesse cenário o Fato Príncipe.

Destaca-se que o edital da contratação anterior a esta cujo objeto é o mesmo, não previa a possibilidade do Fato Príncipe, e a Impugnante por diversas vezes solicitou que fosse realizado o pagamento das despesas fixas inerentes ao contrato, uma vez que toda a estrutura estava à disposição da Administração e uma vez que não foi atendida tal solicitação arcou com todos os pagamentos inerentes ao contrato, gerando graves prejuízos financeiros à mesma.

Cumprе ressaltar que agora, o instituto da matriz de risco passa a integrar expressamente a nova lei geral de licitações e contratos administrativos, consolidando tendência de segurança jurídica, como já se verifica em relações contratuais regidas por normas legais que já contavam com tal instituto, a exemplo da Lei nº 12.462/2011 (RDC) e da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

Nesse particular, a título de exemplo o ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário considera que os diversos tipos de riscos nas contratações de obras públicas “podem ser consolidados em cinco categorias: riscos de engenharia (ou riscos de execução); riscos normais ou comuns de projetos de engenharia; riscos de erros de projeto de engenharia; riscos de fatos da Administração; **e riscos associados à álea extraordinária/extracontratual (fato do príncipe, força maior ou caso fortuito)**”. Trata-se, portanto, conforme o caso, de contar com a possibilidade de alocar os riscos “de acordo com a maior ou menor capacidade de cada um dos parceiros de mitigá-los”

Frisa-se que o fato de ser dado à Administração, principalmente às municipais, licitar prevendo alocação de determinados riscos representa reforço à segurança jurídica (Art. 5º), com que se deve contar para evitar a inexecução do contrato, pois o contrato se tornaria excessivamente oneroso para a prestadora de serviços.

Salienta-se que o artigo 124, inciso II, alínea “d” permite a alteração do contrato por acordo entre as partes para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou **fato do príncipe** ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal



como pactuado, ele o faz respeitando sempre e em qualquer caso a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Nesse sentido, temos o seguinte julgado:

TJ-MG - Apelação Cível AC 10637140009316001
São Lourenço (TJ-MG)
Jurisprudência•Data de publicação: 27/05/2021

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - **CONTRATO ADMINISTRATIVO - CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL URBANO - MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO - DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO DE N. 131\2004** - REAJUSTE DA TARIFA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO PROJETO BÁSICO DO EDITAL DO CERTAME - IMPOSSIBILIDADE - GRATUIDADE PARA PESSOAS ENTRE 60 E 65 ANOS E PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DA FONTE DE CUSTEIO - DESNECESSIDADE - FATORES DE CÁLCULO PREVISTOS NO EDITAL DA LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE ÁLEA ADMINISTRATIVA - DESEQUILÍBRIO CONTRATUAL INEXISTENTE - MAJORAÇÃO DA

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000

ALÍQUOTA DO ISS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO - **FATO DO PRÍNCIPE - OCORRÊNCIA - PREVISÃO EXPRESSA DE POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA TARIFA - DESEQUILÍBRIO INEQUÍVOCO - DEVER DE INDENIZAR PELO PREJUÍZO** - OCORRÊNCIA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1.A Constituição da República, em seu art. 37, XXI e art. 175, bem como a Lei n. 8.666\93, a Lei n. 8.987\95 e a Lei n. 12.587\12, garantem o equilíbrio da equação econômico-financeira dos contratos administrativos, operando-se a garantia em favor do particular e da Administração, tanto na forma de reajuste quanto revisão da tarifa de transporte coletivo. 2. Ausente a comprovação inequívoca do desequilíbrio contratual em razão da majoração dos custos operacionais, não se concede o reajuste da tarifa. 3. A previsão expressa no Edital - Projeto Básico da Concorrência Pública n. 001\2004 do Município de São Lourenço, de gratuidade para as pessoas entre 60 e 65 anos e para as portadoras de necessidades especiais, torna desnecessária a previsão de fonte de custeio ou qualquer espécie de contrapartida do poder concedente, uma vez que na apresentação da proposta este fator de composição do valor da tarifa era conhecido,

inexistindo, portanto, álea administrativa a ensejar a revisão do contrato por desequilíbrio da equação.

4. A recomposição do equilíbrio contratual em virtude da majoração de alíquota de tributo após a apresentação da proposta, ensejando repercussão nos preços contratados (fato do príncipe), está especificamente prevista no § 5º do art. 65 da Lei de Licitações. 5. A modificação da alíquota de ISS de 3% para 5% do faturamento bruto da empresa, após a apresentação da proposta, revela desequilíbrio contratual em desfavor da Concessionária/contribuinte, impondo o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato administrativo, bem como o dever de indenizar pelo prejuízo causado diante da inércia da Administração Pública em majorar a tarifa e recompor o preço. **(grifo nosso).**

Sendo assim, deve constar na Minuta de Termo de Contrato – Anexo VI deste edital **a previsibilidade do pagamento de custo fixo das despesas inerentes ao contrato em casos de ocorrência de Fato do Príncipe**, evitando assim, que o licitante onere e subsidie todos os custos decorrentes de um Fato Príncipe alheios à vontade das partes.

III - DO PEDIDO

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000



Ante o exposto, requer:

1 – O recebimento tempestivo da presente impugnação, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/2021, do referido edital;

2 – Outrossim, seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de suspender o certame para promover a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme o § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021, **restabelecendo a competitividade, em respeito aos princípios da Isonomia, da Impessoalidade e da Moralidade e Legalidade.**

Termos pelos quais, aguarda deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 02 de Fevereiro de 2022.

Pedro Henrique Santos Queiroz

OAB/RJ 178.626

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000